

## **TRABALHO, CIDADANIA E RECONHECIMENTO: UM ESTUDO SOBRE POLÍTICAS SOCIAIS, MÚSICA E LEGITIMIDADE**

*MARTINS, Luci Helena Silva*<sup>1</sup>

Email: [lucihelenam@yahoo.com.br](mailto:lucihelenam@yahoo.com.br)

### **Resumo**

Neste artigo apresenta-se um fragmento da reflexão desenvolvida no âmbito do Programa de Pós Doutorado em Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, (UNL) sob o título “Trabalho, cidadania e reconhecimento: a dificuldade de consolidar direitos sociais.” No texto, avalia-se as perspectivas de desenvolvimento das políticas sociais, em contextos de incerteza. A realidade do trabalho e o debate sobre a dificuldade de reconhecer os direitos sociais sugerem pensar em formas não assalariadas para garantir a cidadania, o que vem a ser um dos grande desafios das próximas gerações. Nesse contexto, a arte ou especificamente a música, é vista como supérflua ou coisa de especialista.

**Palavras Chaves:** cidadania, reconhecimento, cultura, política, música popular.

### **Desenvolvimento do tema. O objeto da pesquisa.**

Parte-se de um contraponto entre dois modelos de interpretação do desenvolvimento social e da ação política, o de Guy Bajoit em que *Tudo Muda* (2006), modelo em que apresenta-se uma proposta de análise da mudança nas sociedades

---

<sup>1</sup> Bolsista da Fapemig (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais), para estágio Pós Doutoral em Sociologia na Universidade Nova de Lisboa (UNL). Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Política e Ciências Sociais da Unimontes, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS).

cidentais, por outro lado o fragmento da discussão de Vivianne Chatel, no livro *Inexistência social: essais sur le déni de L'Autre* (2007). Esses dois autores repõem o debate entre Parmênides e Heráclito em que se funda a filosofia ocidental. Para Chatel, o desenvolvimento é o palco da reposição do mesmo, i.e., em que tudo muda, é certo, mas preserva-se a capacidade de indiferença e de fazer o mal, fundamento ético da desigualdade social e das injustiças, repostas nas situações de má integração ou inexistência passíveis de se tornar dilemas éticos sob os quais atuam ou deixam de atuar os sujeitos sociais. Para empreender a validação das duas interpretações, repostas sobre o dilema de Parmênides e de Heráclito, vamos refutar algumas variáveis, para a tese de que tudo muda, no caso brasileiro, para o que utilizo a política ilustrada pela música brasileira a partir de um recorte entre dois momentos históricos nos quais são enfrentadas as estruturas sistêmicas: as músicas de protesto destacadas como sucessos brasileiros e latino-americanos no ano de 1968, e a música e o movimento hip-hop da Rocinha-RJ, no final de 2011, são os cenários tomados para colocação do problema.

A geração de maio de 1968 traz consigo um som de resistência que une a elite culta e intelectualizada ao cidadão comum, e estes a outros estrangeiros sob situação similar. Outra realidade é a dos anos 2010, de músicas vindas da boca da favela, de dentro da Rocinha, a qual não encontra as mesmas condições de generalização. Cultos, os rapistas são, como Weelf da Rocinha. Dominam outros idiomas, mas não valorizam a formalidade da linguagem. Os padrões de crítica social desses dois estilos de música de resistência são coadunantes com as teses de que tudo muda, mas as desigualdades e repressão das liberdades se repõem.

Porque alguns estilos puderam se generalizar, como o protesto de 1968, e em tempos outros, outro discurso continua marginal, se ainda denuncia condições de barbárie e ausência de liberdade. Um som de rap, representante do hip-hop da Rocinha-RJ tem menos condições de generalização do que o som de protesto dos anos 60.

Qual o alcance da crítica social nos dois casos? Seus discursos são marcados pelo ponto de vista de classe, gênero, raça, ou de outros padrões de identificação? Como atuar sobre realidades em que emergem músicas diferenciadas, como reflexo da constituição plural da nação? São alguns desses elementos que busco destacar nessa apresentação.

### **Metodologia. A interdisciplinariedade no discurso das ciências humanas.**

Busca-se dialogar com as ciências e outros interlocutores, para superar as fronteiras do conhecimento, e enfrentar o desafio da disciplinariedade que dá competência a alguns e retira de outros. Reconhece-se como pressuposto básico da pesquisa a capacidade da esfera pública atuar como esfera de repercussão de valores e representações, e só pluralmente tem os meios para sensibilizar a razão aprisionada no pensamento único, para dar lugar à qualidade das políticas de ampliação de direitos, oportunidades e meios de vida.

Como pressuposto destaca-se que dentre todas as funções do Estado Social e Democrático de Direito está a de proporcionar cidadania aos nacionais, clientes contribuintes do desenvolvimento da nação. Dentre todas as políticas de gestão dos espaços e da vida pública está o dever do Estado de proporcionar os meios para fazer evoluir a razão aprisionada pelas tendências da própria razão, incetivadas também pelos desejos e necessidades construídas pelo mercado e a burocracia estatal, presentes em todos os países, capitalistas ou comunistas. Se essa função historicamente e limitadamente veio a ser uma exigência do Estado Social e Democrático de Direito, em que as políticas são fruto da ação social, vê-se que também a dominação cultural é perpetrada pelo Estado, nesse contexto em que se afinam os mecanismos de manutenção das desigualdades, administração da pobreza e neutralização dos conflitos e dos sujeitos sociais.

A perspectiva teórica adotada nesse trabalho é, doravante, a dos movimentos sociais, ciente das disputas pela construção democrática na América latina (Dagnino, 2000), e contra a ausência de responsabilidade pública, ética e integração no que se refere às políticas sociais. Empenha-se aqui em dialogar com as denúncias desse malefício, tendo o caso brasileiro como foco, a fim de explicitar e explicar as origens do desentendimento e da questão social aqui enunciada.

Longa bibliografia das ciências humanas e sociais constata no plano nacional, um recolhimento dos espaços públicos, uma ausência de falas contestadoras na mídia, e uma banalização dos espaços de organização e associação civil. Banalização, frivolidade e entretenimento estão sempre presentes nesses contextos, e funcionam como mecanismos de controle. A ausência de uma esfera pública no plano cultural, disseminada no cotidiano da vida política brasileira, decorre do interesse em massa, das

forças políticas, em despolitizar a população, retirando recursos simbólicos que possibilitem a crítica social capaz de destituir os segmentos dominantes do poder político e econômico.

A ideia de povo, como se sabe, é constantemente reconstruída pela teoria social e no caso brasileiro está sempre em voga nos comentários das personalidades da política brasileira, de modo a ser referência para além dos clássicos da política, servindo aqui para denegrir a imagem da democracia. Desde sempre o povo é mostrado como bestializado, estúpido, irresponsável. “Cada povo tem o governo que merece” é uma máxima de domínio popular. A “rapsódia do ethos brasileiro” também é recontada para mostrar que o país não tem povo. Adrian Gurza Lavalle (2004) discute o tema na perspectiva do associacionismo e das atividades desenvolvidas no plano da esfera pública brasileira, contudo as maiores associações são grêmios desportistas, mostrando que dentre as atividades populares, o esporte (futebol) continua determinando as escolhas das associações entre os brasileiros.

As maiores organizações e instituições brasileiras não são populares, veja-se o poder estatal investido em negócios cuja privatização e concessões interessam tanto as grandes corporações, empresas, holdings, empreiteiras, contudo, há algo da cultura popular que muito se valoriza além do futebol. O folclore e o samba, sendo fascinantes os festejos que buscam preservar as tradições populares, os valores e a união representada por parcelas desgarradas, “desfiliadas” dos processos de racionalização, próprios da modernização seletiva.

Nesses contextos, expressões culturais como a música popular podem ser compreendidas como portadoras de sentidos para a política. A música tem o seus estudiosos entre a Sociologia da Música, a Educação Musical ou a Musicologia, e dentro da Etnomusicologia, principalmente a Etnomusicologia Brasileira, encontra um dinâmico modo de integração entre sociedade e música. A disciplina, a partir dos cursos de música, propõe incentivar metodologias de intervenção na realidade onde emergem as inúmeras expressões musicais, para intervir nessa sociedade em que a própria realidade brasileira é o celeiro dessas experiências, valiosas de sentidos e experimentações. A disciplina mostra que no campo brasileiro há uma tendência a olhar para dentro de si, valorizando a riqueza das tradições, enquanto os outros países nos olham e aos países africanos, portanto a Etnomusicologia Brasileira tem o que ensinar ao mundo, nesse sentido próprio de que entra na realidade e intervém sobre os processos que nos formam. De acordo com depoimento de professoras de Etnomusicologia da

UFBA, sob a forma de palestras e cartilhas educativas, vem sendo possível trabalhar com diretores de escola e outros parceiros na realidade local de Salvador (BA). Este entrar na realidade tanto pelos músicos, quanto pelos pesquisadores e professores universitários, mostra também o evoluir do público das Universidades, mais ligados às comunidades plurais que fazem parte da cidade, e que, por meio das políticas de cotas adentram na Universidade, e apontam para um sentido da política mais claramente enunciador do novo, nessa abordagem interdisciplinar e cuja metodologia não está desenhada em nenhuma cartilha ou livro didático.

A análise que aqui depende vem mostrar que a sociedade civil, como expressão de uma esfera pública, comporta militantes nas diversas áreas de atuação, inclusive dentro do Estado, atuando sozinhos ou em rede, onde faltam instituições que mediem prestações de serviços que possam influir sobre a qualidade de vida das populações brasileiras. A crítica social caminha por entender que os populares são vitimados por políticas instrumentalizadas, pela forma de controle social tal como induzido e organizado pela burocracia estatal. Nesse sentido, o que importa é descentralizar as decisões da aparelhagem burocrática e superficialmente neutra, ora engajada, do Estado. Como vir a ser, a música e a sociologia podem ainda cumprir o seu papel na política, na medida em que se integradas às políticas sociais e às instituições educacionais, podem inserir novos conteúdos não instrumentais e produtivistas no desenho das sociedades.

Grandes desafios. Principal deles. Como falar de políticas para além dos mínimos sociais. A arte pode contribuir com essa discussão, na medida em que estimula a reconhecer que os mínimos sociais colaboram para a neutralização da política, portanto para a violência, na medida em que institucionaliza a pobreza, legitimando níveis desiguais de existência, fundados na diferenciação social. Alguns fragmentos da discussão foram sistematizados nos itens que se seguem.

### **A identidade nacional e as perspectivas de desenvolvimento imanentes aos contextos de incerteza.**

O estudo enfatiza aquilo que perdura, a cultura de violência institucionalizada e a pobreza administrada. O modelo teórico em que Tudo Muda (Bajoit) tende a subjugar face à reposição das desigualdades e das manobras para deter a extensão de direitos sociais, pois disto se trata a partilha do poder: reconhecer direitos aos destituídos, sem trabalho, sem terras, sem títulos para governar, “desfiliados” (Castel, 1998) e desligados

dos mecanismos do progresso. Para enquadrar nossa reflexão, partimos da América Latina, momento em que se assenta a geração do presente, anos 1960, anos de ditaduras. Atos inconstitucionais eram anunciados, retirando a liberdade e limitando os espaços públicos e o direito de pensar, protestar, compor e viver livremente.

No Brasil, no plano político, o AI-5 (Ato inconstitucional n. 5), autorizou a ampliação da violência institucional contra a vida privada e os exercícios políticos dos brasileiros. Entremeio à violência institucional, foi possível a uma geração de compositores driblar a ditadura, sob a forma da censura, e mostrá-la ao mundo, desafiando-a e ampliando a esfera pública brasileira. Letras de Chico Buarque de Hollanda, Geraldo Vandré e Caetano Veloso ilustraram o sentimento de liberdade contida na América Latina, como na voz de Mercedes Sosa e nos poemas de Pablo Neruda, cuja poesia foi musicada. Artistas colocaram em foco a luta pela liberdade, pelos direitos humanos, políticos e sociais dos cidadãos livres, sob regimes autoritários e ditatoriais.

A maior influência contrária à violência da ditadura, no período, é a que ecoa dos movimentos sociais globais de 1968, no Brasil mutilados pela ditadura instalada em 1964. A guerrilha armada bem como os movimentos sociais estudantis foram destacadas no clima tenso das músicas, no teatro e na cultura, como na peça Roda Vida (1967), de Chico Buarque.

O foco do dissenso trazido pelas canções e peças de teatro teve capacidade de iniciar, favorecer, ou simplesmente enunciar o chamado por um movimento social em que figura a liberdade como direito humano básico.

Nesses anos, foram dados os passos para um novo sentido para a identidade da música brasileira, diferente dos dois séculos de músicas tradicionais como o samba, das marchinhas à bossa nova. Vários fatores permitiram formar uma geração que inicia a modernidade na música popular, abrindo caminho para o tropicalismo, o rock nacional e os diversos estilos que se ramificaram desde então.

O debate acadêmico sobre os movimentos sociais também é revigorado no Brasil a partir dos anos 60, quando revive, ainda que submersa e escondida, uma esfera pública internacional, sendo que a abertura e interação com outros canais de representação permitiram relativos aportes e laços entre os estudantes, os intelectuais e as lutas globais por autonomia, o que permitiu avançar nas contribuições para se pensar contextos de incerteza e de injustiça.

As mobilizações sociais do ano de 1968 na França pretendiam unir recursos que mobilizassem trabalhadores e estudantes, atingindo o ser humano comum, confundido com as massas, mas ciente da necessidade de apoio à vanguarda da classe trabalhadora e dos estudantes. Na França houve uma simbiose entre a vanguarda estudantil, revolucionária, e o mundo artístico que agiram como caixa de ressonância, buscando a união, e espalhando os ruídos do movimento dos trabalhadores, em greves nas fábricas francesas. Imagens, sons e discursos, foram apropriados por gerações de sujeitos submetidos a violações semelhantes.

No Brasil e América Latina, também no grupo de países ricos democráticos, artistas são amantes da liberdade, quase sempre desordeiros, explosivos diante dos desmandos dos governos e muito enérgicos na crítica social. Enfim, sonho que se espera do artista, conquanto a imagem de homem público passe por alterações a depender do desempenho do político apoiado, como no caso do Partido dos trabalhadores e do apoio sempre dado por Chico Buarque, mesmo mediante as acusações de desvio de verbas públicas e formação de quadrilha como no processo chamado Mensalão. Que Chico tenha um projeto de nação superior ao dos partidos políticos parece não ter dúvida uma parcela dos que não sendo mais petistas, continuam admiradores do autor e cantor das poesias que trouxeram pertencimento a cada um dos brasileiros. O fato é que a geração dos anos 60 é hoje atuante e tem espaço nas mídias, alcançando verbas consideráveis dos Ministérios da Cultura, por meio da atual irmã de Chico Buarque, Ministra Ana de Hollanda. As lutas de 68, ideológicas, atuaram por meio das músicas e ideias expressos na cultura, e também foram empreendidas por meio da guerrilha, pela juventude e intelectualidade, a favor das massas submetidas à tutela, o que desencadeou a legitimidade para mais violência por parte dos regimes autoritários.

E a massa? Não sabia que estava sendo representada, muito provavelmente seria moralista quanto aos métodos da guerrilha, não gostaria de que fosse feito em seu nome o agir da guerrilha, ou as fabricas de torturas onde se destacaram delegados corruptos e sádicos. Desde então, repõe-se, no Brasil, o controle sistemático dos movimentos sociais e a criminalização dos que lutam e dos pobres, moradores de ruas e habitantes de áreas alvejadas na cidade.

Mesmo sob ditadura, em maio de 68 e durante o ano, músicas se destacaram, e influenciaram na formação de recursos simbólicos de resistência, por onde foi possível ecoar a indignação contra o sistema de estratificação social e de tomada de decisões, na América Latina e no mundo todo. Contudo, hoje as musicas de resistência tem menos

espaço ou representação, sendo que suas causas ficam restritas a guetos, como se fossem temáticas de pobres, negros, favelados.

Nos anos 60, a influência de valores democráticos fincados em algum momento nesses rincões permitiu contestar o uso estratégico e perverso do poder, e tal dissonância foi tocada nas rádios brasileiras e latino-americanas. O destaque nessa comunicação é para os sucessos do ano de 1968, com a Tropicália, de Caetano Veloso e Para não dizer que não falei das Flores ou Caminhando, de Geraldo Vandré. Nesse momento a censura não se tocou do sentido político das canções, que levantaram o ânimo de certa elite e juventude de classe média, atuante no movimento estudantil e cultural, ao ponto de generalizar as demandas por liberdade para um sentido de identidade nacional que transcendesse a ilegalidade da ditadura.

Os princípios da autogestão e da dignidade da política agem nas músicas de Caetano, Chico, Jorge Ben, Gilberto Gil e G. Vandré, assim como age nos estudos sobre movimentos sociais nos estudos de Touraine, Castel, Foucault, Arendt. Tais princípios são postos em cena, nos anos 60, preconizando a abertura para os novos movimentos sociais dos anos 70 e 80.

A atualização da música como movimento social repete-se no som do rap, no hip-hop e nos ritmos latinos a denunciar contextos de injustiça, incerteza e insegurança social, como é o caso do anarco-punk, da música cubana e do reagae africano.

### **A realidade sociológica do Trabalho, como categoria analítica e como função de integração social.**

É corrente entre os pensadores que a interdisciplinaridade supoe fronteiras e limites em que se busca em cada especialidade as reflexões mais apuradas para os processos históricos a se compreender. Alguém formado em Serviço Social pode admirar esse interesse pela interdisciplinariedade, mas viver nas fronteiras tem o seu sabor e muitos profissionais dessas áreas aprofundam seus estudos por métodos autodidatas e que direcionem seus interesses. Na metodologia das ciências sociais, tem-se na Sociologia o melhor modo de lidar com os conceitos de poder, ação, trabalho, sociedade, sociedade civil, liberdade e publicidade (cuja referência aqui é J. Habermas), e encontra-se na Filosofia Política (H. Arendt e Jacques Rancière), um modo muito instigante de compreender o mundo e a condição humana, da ação e do pensamento. A História como conhecimento aglutinador situa-nos entre o passado e futuro, e a



Antropología, como ciência da interpretação do homem na terra, traz a importância da subjetividade na política como necessária para pensar o político e para a invenção democrática (Claude Lefort, 1995). Todas essas disciplinas permitem recursos para construir o método das ciências humanas e dessa reflexão, cujo objetivo é sugerir a possibilidade de integrar a música no desenho das políticas sociais, por compreendê-la com potencial político integrador e pedagógico capaz de influir tanto quanto os recursos materiais nos modos de pensar e participar do desenvolvimento social.

Relativo aos estudos sobre o trabalho destacam-se as contribuições de *Noite dos Proletários*, de J. Rancière (1988), e de *Desentendimento* (1996), desse mesmo autor. Essas obras permitem avaliar as alternativas ao marxismo tradicional. São exemplos de que a reflexividade pessoal também porta um elemento de universalidade, e deve interagir com as ciências sociais na interpretação dos modos de se pensar as respostas e métodos para se equacionar os problemas sociais de natureza ética, e cuja responsabilidade na resolução deve ser pública.

Nesse âmbito, se reconhece que o “sonho dos operários” franceses do século XIX era a noite, a boemia e a vida cultural que essa oportunidade causava. A crise do trabalho, por outro lado, demonstra a inexistência do trabalho como fator de integração social. Não há trabalho assalariado para todos, e está demonstrada a insuficiência da sociedade salarial em garantir cidadania plena para todos os cidadãos nacionais, ou para os imigrantes sem documentação, emprego ou residência, presentes cada vez mais nas grandes cidades. As sociedades atuais e a sociologia lidam à sua maneira com a crise da sociedade do trabalho, presente tanto na reflexão de Robert Castel, no clássico *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do Salário* (1996), no livro de André Gorz, *Adeus ao Proletariado* (1988), também em Ricardo Antunes, com seu *Adeus ao Trabalho* (1997).

Como se reconhece, lendo ou não esses clássicos, no Brasil, e no mundo, não há trabalho assalariado para assegurar renda de cidadania. Aqui e alhures são gente estrangeiras, apátrida, pobres genéricos. Há escravidão e condições desumanas de trabalho. Há excesso de mão de obra mal paga. Desemprego. O trabalho participa muito pouco da renda nacional. Sindicatos e partidos perderam a credibilidade. A classe-que-vive-do-trabalho. Se tudo é trabalho, o conceito não tem densidade analítica e de integração, na prática, o trabalho não permite integração social.

Assegurar cidadania por meio de formas não assalariadas é o grande desafio dessa e das próximas gerações.

### **Lutas por reconhecimento.**

Necessário reconhecer que as lutas por reconhecimento no Brasil são ignoradas pelo governo que insiste em políticas compensatórias irregulares, e sem consistência efetiva para trazer integração social. Há uma desintegração nas políticas voltadas para pobres, genéricos. As diferenças são planificadas para que todos se igualem na pobreza, incluindo nela os povos despossuídos pelo processo do desenvolvimento, desterritorializados, desenraizados e que, colocados na pobreza, nela permaneçam. Conflitos têm sido resolvidos sem considerar o lado dos mais fracos que apelam na justiça, que nunca chega. Morrem os homens e as esperanças.

Resultados dessas políticas: mínimos sociais e integração como modelos equidistantes para as políticas sociais. Integração supõe ir além dos mínimos sociais, na medida em que direitos sociais só se garantem se integrados a outros direitos de acesso e oportunidades reais, senão no mundo do trabalho, pela crise do trabalho, no mundo não instrumentalizado da cultura, e da personalidade, chamado por Habermas de “mundo da vida.” Nesse sentido, a sociedade civil deve ser expressão e “caixa de ressonância” (Habermas) dos apelos e do dissenso (Rancière) trazido pelos movimentos sociais.

### **A música como resistência social**

Parte-se da ideia de que não há movimentos sociais sem um hino, revolução sem som, luta sem alma. A música refletiu em vários desses momentos a alma da resistência cultural. É canal para veicular os conteúdos da política de forma mais direta, e em alguns casos, abrange e politiza a esfera pública em favor dos direitos humanos, contra a injustiça. No Brasil, foi perseguida se tratou inoportunamente de racismo, em vários momentos, também no período de ditadura militar, e nos tempos de abertura democrática, temos os mesmos problemas a se atualizarem nos bairros e favelas, que também produzem suas músicas de resistência. Qual resistência? Nas favelas do Rio de Janeiro apela-se para mitos de uma esquerda supostamente revolucionária, como no som do Weelf da Rocinha, em que figuram Al Qaeda e outros mitos como Fidel, Cuba, Che

Guevara. O que significa essa resignificação dos signos e dos mitos? O que se depreende é um apelo por reconhecimento e cidadania, e se não existem instituições a mediar os direitos, a figura dos conhecidos líderes de esquerda ainda é a mais carismática, mesmo que ligada à violência e terrorismo (Al Qaeda).

Diferentes músicas apontam ora para a resistência, ora para a futilidade e o apelo de mercado interessados em despolitizar e capturar os recursos simbólicos do passado de um povo em si, cantante. Diferenças podem ser notadas em trechos como de Chico Buarque e nos rap das favelas. As Festas de Agosto em Montes Claros também são referência para pensar a música como festejo e resistência, sem alterar, no entanto, o status e as posições sociais subalternas dos que fazem a festa e das comunidades que se renovam com ela, mas permanecem invisíveis no restante do ano. É uma música diferente do sertanejo universitário, produto projetado pelo mercado fonográfico, mas que cai no gosto popular, em algumas regiões do país.

De maneira geral, depara-se no Brasil com o seguinte pensamento: pobre só toca pandeiro ou caixas de fósforo, e nunca poderá ser um médico ou um músico erudito, a contar pelos moldes de políticas sociais e de desenvolvimento social assumido nos países pobres. O que se espera não é que seja o que se idealizou nas culturas instrumentalizadas do Ocidente, mas que tenha o seu reconhecimento como sujeito, de tradições e pertencimentos diversos, cuja história cultural e patrimônio imaterial devem ser preservados como parte da cultura diversa de que se compõem as cidades e os espaços públicos (cidade, escola, nação).

## **Conclusões**

Reconheçamos que, em modernidades seletivas, o Mesmo se repõe, as alternativas se escasseiam, e a arte é vista como supérflua ou coisa de especialista. Com relação à música e políticas públicas, a reflexão caminha por reconhecer que não se tem assegurado nem mesmo o essencial; precisamos de lutas por reconhecimento, redistribuição e por direitos fundamentais. Contudo, o desenho de uma escola pública, de políticas sociais, ou de presídios e instituições totais “para além dos existentes”, no futuro ou como modelo, deverá contar com a arte como facilitadora do desenvolvimento humano e social.

Já é comum as experiências que alinham aos seus projetos o ensino da música e da sociologia da arte, vinculados à perspectiva de ação social nas escolas desde os anos

fundamentais, sendo também integrados aos projetos pedagógicos institucionais voltados para recuperação de adolescentes e de bairros, aos currículos da infância e nos ensinamentos posteriores, o que vem a ser um passo importante, num país tão vasto e com tanta musicalidade.

O incentivo poderia ser alargado se houvesse a criação de um mercado da música para escoar as produções culturais e permitir as comunidades contar com a música, como elemento de emancipação. Um mercado de disseminação da cultura da música poderia ser incentivado por meio de investimentos em festivais de música, e prêmios e financiamentos de projetos por meio de editais abertos para instituições sociais de todo o país.

O acesso e incentivo à cultura, bem como à distribuição econômica, integrada às políticas sociais e aos direitos fundamentais, é uma forma de reconhecimento social. É um meio de se lutar contra a violência e a apatia, já que não há trabalho para todos, e viver de música poderia ser interessante, assim como é digno viver de assistência social, conquanto saibamos que a assistência tenha cobertura familiar, não tocando aos sonhos do indivíduo no seio da família desintegrada, que precisará de instituições sociais para garantir integração social.

A entrada dos profissionais no ambiente onde emerge a música, como sugere a Etnomusicologia pode ser um modo de abrir a Universidade para a diversidade que a política de cotas permite, possibilitando a integração social por meio do reconhecimento social, que também é cultural, como uma política unida à da redistribuição de renda, de terras, ou de oportunidades.

O trabalho, como foi analisado e como se apresenta à sociedade, é insuficiente em si mesmo para permitir integração social. Não funciona como política de desenvolvimento autosuficiente para integrar a todos por meio do salário. Não há quem garanta o direito ao trabalho, ou os direitos sociais, de modo geral. A quem punir em caso de não atendimento. Vale, portanto, recolocar os problemas em torno da capacidade de decisão. Desde tempos memoráveis, as sociedades vivem a impotência de não intervir nos programas e na gestão do social, e como reflexo disso, aumenta-se a competitividade e individualismo egoísta, próprio das sociedades liberais democratas, em que as formas são vazias de conteúdo, e o que vale é o *laissez faire* ou o “Salve-se quem puder.”

Com a perpetuação dos processos decisórios nas mãos dos setores dominantes, percebe-se porque os valores públicos tornaram-se bens escassos e banais, em contextos

generalizados de injustiça e violência. Nesses contextos globalizados, os Direitos Humanos parecem piada. Por sua vez, militantes em todas as áreas de atuação, mesmo dentro do Estado, ainda acreditam na possibilidade de formar uma opinião pública crítica capaz de gerar solidariedades e competir com Estado e Mercado no sentido de organizar um projeto de nação. Por outro lado, um projeto social que integre a música ao direito, e o direito humano à cidade e aos meios públicos de socialização, permitiria ao Estado Social reconhecer a diversidade do outro, na sua especificidade, por meio da entrada na política pública brasileira, do dono do corpo, do corpo diferenciado, do dono do samba, e dos diversos estilos musicais brasileiros. Para que? Para Sociedade e Estado atuarem juntos na realidade em que a música pertence, ela cheia de ritmos, que pela diversidade de palavras, sons e cores, permitem uma interpretação e a integração da sociedade brasileira. Um projeto de nação deve necessariamente integrar todos os segmentos sociais, todos os ritmos e músicos, profissionais ou amadores, bem como todos os profissionais do ensino técnico ou superior, para serem chamados a atuar na realidade onde brutam as músicas, como etnomusicólogos, como assistentes sociais, historiadores, antropólogos ou políticos que sejam, e almejar a aprovação e votação de projetos dessa natureza no Senado e pelo presidente da República.

Não bastassem as leis que temos, precisamos revogar algumas, mudar outras e criar outras, investindo mais na relação entre cultura e política. Quem vai aprovar um projeto de interesse público, senão os interessados por meio de ação direta constitucional? Só por meio de democracia direta, ou participativa podemos alterar os mecanismos de distribuição de renda e os projetos educacionais, ao ponto de transformar a música em direito fundamental por onde se manifesta a vida e a emancipação social. Só entrando na realidade onde emerge as músicas podemos questionar a visão produtivista do desenvolvimento da nação. Se deixássemos de pensar em termos de mínimos sociais, poderíamos reconhecer a pluralidade de discursos na conformação de sujeitos pensantes, cidadãos reconhecidos na diferença e livres da situação em que os estigmas e a pobreza os colocaram. Também com a música ganharíamos na recuperação de marginalizados, analfabetos, ralés, pobres genéricos como são tão comuns no Brasil e no mundo.

É certo considerar que as contribuições fundadas na reflexividade individual, de gente do povo podem ser também representativas de movimentos sociais e comunidades, como sugerem os cantores e participantes de movimentos sociais, desde o evento do Descobrimento, no Brasil. Diversos e numerosos movimentos combatem por

uma nova política para a nação, portadores que são de novos sentidos para a política, e novos modos de integração social. Assim como os teóricos sociais, suas falas deveriam ser contadas no cômputo geral das decisões no Senado da República, para participarem mais do discurso da política, e dos espaços deliberativos. Em todos os casos, esses espaços deliberativos são formados, em primeira mão, por sujeitos instrumentalizados, e precisam deparar com sujeitos pensantes, atuantes na esfera local. Não importa se uma fala única dos dissidentes ou se várias falas dissonantes venham a guiar a esfera pública e nutrir os movimentos sociais, desde que o resultado venha fortalecer a sociedade civil brasileira, por meio de instituições mediadoras entre o indivíduo e o Direito, ou entre a Sociedade e o Estado. De toda forma, é necessário criar instâncias deliberativas por onde o homem comum possa influir sobre a qualidade dos projetos implementados nos espaços públicos e como parte das políticas sociais, enquanto a música poderia ser reveladora dos vazios e dos vários sentidos da política.

É legítimo lembrar que as instâncias governamentais administram a pobreza, tida como diferença essencial, do mesmo nível que a diferença de gênero ou de etnia. De certa forma, as diferenças de gênero e etnia são diferenças naturais, comuns aos animais que nascem diferentes, sendo iguais. Mas no plano da natureza elas deveriam parar por aí. Foram criadas representações para dividir e criar seletividade e hierarquia. Mas a mulher, nas lutas feministas, não luta para negar a si mesma e ser homem, nem o negro com relação ao branco. O que se coloca como contenda não é o negro negar a si mesmo e virar branco, mas desconstruir as rerepresentações que inferiorizam. Naturalizada, a pobreza, tal como essas outras categorias sociais, não é representada como uma construção social a ser superada. Nos casos de gênero e etnia, o que se constrói e precisa ser desconstruído são as interpretações, o preconceito e o racismo, a serem superados tendo em vista a integralidade do desenvolvimento social. A pobreza e a riqueza não é uma situação que deva ser preservada, em função de diferenças imutáveis. Além de representações devem ser alteradas as condições que reproduzem a pobreza, e resguardam os privilégios no mundo. Esse é um processo de decisão do interesse de uma parcela da nação, em geral pobre, excluída dos domínios da política, e muito precariamente representada pelos partidos políticos nacionais, contudo, aberta a seu próprio inventar e reinventar na política.

## **Bibliografia**

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortez, Unicamp, 1997, pp. 23-24.

ARENDT, H. **A condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007

BAJOIT, Guy. **Tudo Muda**. Proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Unijuí. 2006

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da Questão Social: uma cônica do Salário**. (8ª. Ed.) Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2008

CHATEL, Vivianne. **L'îexistence sociale**. Essais sur le déni de l'Autre. Friburg, Academic Press Fribourg/Editions Saint-Fribourg Suisse. 2007.

DAGNINO, E. (Org.) ; ALVAREZ, S. E. (Org.) ; ESCOBAR, A. (Org.) . **Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latinoamericanos: Novas Leituras**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. v. 1. 538 p.

GORZ, André. **Adeus ao Proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense, 1982

Gurza Lavallo, A. **Vida pública e identidade nacional - Leituras Brasileiras**. São Paulo: Editora Globo, 2004. 208 p.

LEFORT, Claude. **A invenção democrática**. Limites do Totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Entre faticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. Filosofia e Política. São Paulo: Editora 34, 1995.

\_\_\_\_\_. **A noite dos Proletários: arquivos do sonho operário**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

ROUANET, Sérgio Paulo. **A razão Cativa.** as ilusões da consciência de Platão a Freud. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra.** O corpo e a cidade na civilização. Rio de Janeiro: Record, 2003.